

O lugar da alteridade na psicologia ambiental

Helenira Fonsêca de Alencar

Aluna do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), à época bolsista do Programa de Iniciação Científica (CNPq-UFC). Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental da UFC (LOCUS).

End.: Rua Júlio César, 261, Benfica. Fortaleza, CE. CEP: 60020-080.

E-mail: helenirafonseca@yahoo.com.br

José Célio Freire

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e do Departamento de Psicologia da UFC. Coordenador do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS).

End.: Rua Irmã Simas, 100, apt. 202 A, ed. Itapuã, Varjota. Fortaleza, CE. CEP: 60165-220.

E-mail: jcfreire@ufc.br

Resumo

Este artigo retoma uma discussão sobre o lugar da alteridade na Psicologia Ambiental, analisando as seguintes categorias: apropriação do espaço, identidade de lugar, apego a lugares e mapas afetivos. Com essa análise, investigamos, dentro da

perspectiva transacionalista da Psicologia Ambiental, o lugar do outro na relação do sujeito com o ambiente, a partir de uma ética baseada na concepção da alteridade radical de Emmanuel Lévinas. Realizamos um estudo teórico-crítico das dimensões éticas envolvidas nos postulados teóricos da Psicologia Ambiental, a partir da metodologia desconstrucionista (Derrida), que utiliza a polissemia, a disseminação, a repetição e a diferença como elementos discursivos. Quanto ao conceito de apropriação do espaço, foi realizada uma discussão sobre a centralidade do eu em detrimento da alteridade e o esforço para transformar o outro no mesmo, através de um processo ativo ou simbólico. O conceito de identidade de lugar foi desconstruído a partir do conceito de identificação, o qual remete ao de apropriação do espaço. A ele foram propostos os conceitos de ipseidade e de hospitalidade ao ambiente outro, como alternativas éticas de acolhimento da alteridade. Encontramos a possibilidade ética da alteridade nos conceitos de apego ao lugar e mapas afetivos quando estes implicam no acolhimento do diferente, independente de uma identificação prévia com este.

Palavras-chave: ética, alteridade, subjetividade, Psicologia Ambiental, desconstrução.

Abstract

This article recaptures a discussion about the place of alterity in Environmental Psychology, analyzing the following categories: appropriation of space, place identity, emotional attachment to places and affective maps. With this analysis, we investigate, within the transactional perspective of Environmental Psychology, the role of the other on the relation of the individual with the environment, from an ethic based on Emmanuel Lévinas' conception of radical alterity. He have done a critical-theoretic study, from a methodology of deconstruction (Derrida) that uses polissemey, dissemination, repetition, and difference as elements of the speech. Regarding the concept of appropriation of space, a discussion took place about the center of 'me', concerning the alterity and the effort to transform the 'other' in 'me' through an active or symbolic process. The concept of place identity was deconstructed from the concept of identification, which addresses to the concept of appropriation

of space. To this last concept, we proposed the concepts of ipseity and hospitality to the other environment, as ethic alternatives of sheltering alterity. We have found that the ethic possibility of alterity on the concepts of place attachment and affective maps, whenever these imply the embracing of the different, does not depend on a previous identification with the different.

Key words: ethics, alterity, subjectivity, Environmental Psychology, deconstruction.

Introdução

Partindo da consideração de que, de uma forma geral, as psicologias dão primazia aos sentimentos, sentidos ou significados do indivíduo, da pessoa ou do sujeito – dependendo da abordagem teórica –, ou seja, investem na dimensão do ser-si, do eu, rebatemos esta condição com a proposta de um investimento no outro, numa alteridade que é anterior ao ôntico, e mesmo ao ontológico, e, portanto, condição para seu desenvolvimento. Estaremos a defender, pois, o lugar do outro na constituição da subjetividade e uma ética baseada na concepção levinasiana do outramente-querer, ou seja, não o ter-de-ser, mas o termos de ser para o outro (Freire, 2002). Este artigo traz, mais especificamente, uma reflexão sobre o lugar da alteridade na Psicologia Ambiental. Escolhemos a corrente transacionalista dessa psicologia, por considerarmos que ela trata de forma mais dinâmica e abrangente a relação do homem com seu entorno. Esta abordagem, por não dicotomizar homem e ambiente, não os estuda de forma separada, mas, sim, de maneira a enfatizar os aspectos psico-sócio-ambientais relacionados a estes termos. Para a consecução deste trabalho, nos propusemos a realizar uma análise desconstrucionista (a partir do filósofo Jacques Derrida) dos significados de alguns aspectos abordados nessa corrente de pensamento, tais como: a apropriação do espaço, a identidade de lugar, o apego a lugares e a concepção dos mapas afetivos. A partir desta análise, investigamos, nestas categorias, um lugar para a alteridade.

Da Apropriação do Espaço

As concepções de apropriação do espaço dentro da Psicologia Ambiental são diversas, haja vista a multiplicidade de correntes de pensamentos que teorizam a esse respeito dentro dessa área do conhecimento. Dessa forma, procurar elementos da ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas na categoria apropriação do espaço, como nos propomos, far-se-á respeitando-se a heterogeneidade de olhares, por vezes conflitantes, dos autores aportados na Psicologia Ambiental.

No capítulo intitulado *La apropiación Del Espacio*, Pol¹ (1996) cita uma passagem de um filme para explicar esse processo. Nela, o deparar-se de um arruaceiro com suas marcas de grafite, deixadas entre muitas outras, em um trem de metrô, remete o personagem à lembrança de estar vivo, pois o faz enxergar-se ali. Segundo Pol (1996), a marca deixada no metrô traz um sentimento de pertença ao grafiteiro, possibilitando-lhe atuar livremente naquele espaço:

Sentía que había dejado su huella, y esto – decía – le reconfortaba. El metro se había convertido en ‘su’ espacio y por tanto allí se sentía libre para actuar, para hecer las ‘gamberradas’ que Larry Pearls narra en **El Incident** (1968) (Pol, 1996, p. 45).

Segundo Pol (1996), a apropriação vem da necessidade de o indivíduo se diferenciar do outro, demarcando, de uma forma mais sofisticada que os outros animais, seu território, e criando, desse modo, referentes estáveis que o ajudam a orientar-se e a preservar sua identidade diante de si e dos outros. Ele exemplifica isso com o fato de as pessoas sempre tornarem seu lar diferente do encontrado. Assim, mesmo que num edifício residencial os apartamentos sejam entregues uns idênticos aos outros, quando ocupados, se tornam diferentes devido às modificações realizadas pelos seus habitantes. Segundo ele, quando nos mudamos de casa, mesmo que haja uma melhoria objetiva de quantidade e qualidade de espaço, sentimos a necessidade de tornar o novo espaço compatível com algumas estruturas espaciais mentais já aprendidas na organização do espaço anteriormente ocupado, no qual os objetos da casa detinham um determinado lugar. Portanto, sentimos necessidade de

transformar o novo espaço ocupado, tornando-o compatível com um espaço anteriormente registrado em nossas mentes. Isto, para nós, concerne à tentativa de tornar o diferente, igual; o estranho, familiar; o outro, o mesmo.

O conceito de identidade empregado na Psicologia Ambiental tem relação direta com o conceito de apropriação de Marx, o qual pressupõe um processo de identificação que vai de encontro à alienação, pois a idéia de identidade remete àquilo que é próprio do sujeito, ou seja, àquilo sobre o qual o sujeito imprime uma ação e se reconhece no produto (material ou imaterial) desta. O contrário desse processo de identificação seria o de alienação, no qual o sujeito não se reconhece no produto de sua ação. Vale salientar que Marx refere-se, segundo Graumann (citado por Pol, 1996), à apropriação e à alienação relativas ao trabalho, enquanto a Psicologia Ambiental fala dessas duas categorias se referindo ao espaço. Portanto, apropriar-se de um espaço é identificar nele o produto (material ou imaterial) de suas ações:

El trabajo es una acción sobre el mundo exterior que produce objetos materiales e no materiales. La 'Alienación' se da cuando el sujeto no se identifica con los objetos que ha producido. A partir de aquí, se propone la 'Apropiación' como reinterización del objeto que se hace mediante la actividad repreniéndolo con nuevos actos, adquiriendo un '*savoir fair*' [sic] (Pol, 1996, p. 46).

Mesmo em Marx, como nos explica Pol (1996), há duas formas de se compreender a apropriação: primeiro, como possessão da natureza e, segundo, como processo histórico de integração pelo homem, nos níveis cultural e individual, de tudo o que foi desenvolvido por seus antepassados. A primeira forma de apropriação seria totalmente condenada por uma ética da alteridade, pensando a natureza como um outro. Quanto à segunda, restamos compreender que tal integração talvez não signifique acolher o outro, mas torná-lo o mesmo, eliminando a diferença. Mais ainda: apropriar-se do passado, do conhecido da tradição pode representar um fechamento ao novo do futuro e à sua diferença.

Percebe-se claramente, nas definições de apropriação, a centralidade da ação do eu na transformação do outro e também

na formação da própria subjetividade, na seguinte definição de Korosec (citado por Pol, 1996, p.46): “Apropiación es un proceso en el que el sujeto se hace a sí mismo através de sus propias acciones”. Não podemos dizer que o indivíduo não se constrói por sua ação transformadora sobre o ambiente, nem condenamos toda tentativa de transformação desse outro – o ambiente –, uma vez que o homem precisa modificar o mundo para garantir sua sobrevivência e a de sua espécie. Contudo, duas questões se erguem à luz da ética da alteridade. Uma diz respeito à desconsideração de que a constituição da subjetividade também se dá por um processo passivo diante da diferença do outro, no qual eu me constituo pelo impacto que este me provoca. A outra questão, acima apresentada, sobre o ‘interessamento’ da ação sobre o outro, abordaremos no estudo da categoria dos mapas afetivos, contudo diz respeito ao fato de que devemos nos questionar se a transformação do outro se justifica por um interesse particular do eu ou se é uma ação em prol da humanidade.

Para Lévinas, o outro é inatingível, é ele que me afeta. Não é possível se pensar que a construção da subjetividade se dá somente por um processo ativo do eu sobre o outro, porque antes da existência daquele (o eu) já existia este (o outro), que sempre o antecede, sempre chega primeiro (Freire, 2002). Portanto, numa lógica levinasiana, constituo-me pelo traumatismo que o outro provoca em mim. Para Lévinas, esta alienação do eu é inevitável, mas a isso ele chamará de “evasão do ser”. O eu se transforma em Mim. Nessa ótica, a instabilidade da identidade não ocasiona a alienação do indivíduo, pois, segundo Lévinas (citado por Freire, 2002, p. 59): “O psiquismo é o outro no mesmo sem alienar o mesmo”. E ainda nas palavras de Freire:

O psiquismo surge assim como um afrouxamento da identidade, que já não é a coincidência do eu consigo mesmo – é um estremecimento do ser. O psiquismo é o outro em mim como uma enfermidade da identidade – é o si – afecção da alma (Freire, 2002, p. 58).

O homem passa a ser, então, um ente determinado pela ação do Outro, pensando neste como a natureza sem mim, ou seja, tudo o que me excede.

A concepção de apropriação do espaço proposta por Lauwe (citado por Pol, 1996) também merece ser questionada à luz de Lévinas:

La apropiación consiste en un doble proceso de ajuste. Por un lado, entre el espacio objetal y el espacio representado, lo cual da una impresión de familiaridad cognitiva. Por otro, ser capaz de asociar el deseo con la representación y el uso de los objetos en el espacio, lo cual da al individuo una impresión de familiaridad afectiva (Lauwe, 1996 citado por Pol, 1996, p. 47).

Para Lévinas, só é possível desejar o que é infinitamente diferente, infinitamente outro, ou seja, não há como associar uma representação a um desejo, pois, assim, estaríamos objetivando o alvo do desejo (o outro, o infinito) que, segundo o autor, é impossível de tematização, ainda mais quando esse desejo é um desejo pelo si mesmo, pelo familiar. Compreendemos a concepção de apropriação do espaço de Lauwe, acima citado, como um instrumento ou recurso que busca a familiaridade, ou seja, que rejeita a diferença.

Villela Petit (citado por Pol, 1996) apresentará na sua concepção de apropriação dois elementos que também afrotarão o outro levinasiano: a personalização do ambiente e a relação de reciprocidade da 'afetação' (afecção, *páthos*) com este. Segundo ela, ao projetarmos no ambiente nossa identidade, estilo de vida etc., criamos uma organização espacial que nos afeta, modificando-nos também. Já para Lévinas há uma assimetria vertical entre o mim e o outro (aqui o vemos como o ambiente), de modo que este sempre está acima daquele, podendo atingir-lhe, mas não sendo atingindo, além do que o mim tem que estar sempre a serviço do outro, sem esperar a recíproca. O ser para Lévinas 'tem-de' ser o outramente-que-ser, ou seja, ser para o outro, incondicionalmente.

Para além de apresentar os conceitos de outros autores, Pol (1996) propõe, num modelo explicativo, dois componentes da apropriação: o da 'ação-transformação' (componente comportamental), que abrange elementos da proxêmica, territorialidade, densidade (aglomeração), e o da 'identificação' (componente simbólica), que se classifica como identificação afetiva (sensação de bem-estar), cognitiva (desenvolvimento cognitivo, mapas cognitivos, atividades

taxonômicas) ou interativa (personalização, privacidade, encenação dramatúrgica).

O que se percebe, contudo, é que o objetivo central da apropriação do espaço é a busca da identidade:

La apropiación hace devenir espacios en lugares significativos para el sujeto o el colectivo, por transformación activa o por identificación. Pero el significado no está ubicado, de suyo, ni en la mente ni en los objetos, sino que surge del conjunto del proceso de interacción. No hay intimidad si no hay interacción, no hay defensa del espacio si no hay interacción amenazante, no hay significación si no hay interacción que requiera la creación de una identidad (Pol, 1996, p.50).

Busca-se uma identidade que traga sensação de familiaridade e segurança contra as 'interações ameaçadoras' e, por isso, todo o esforço para transformar o outro no si mesmo, seja através da ação-transformação ou através da identificação com o ambiente. Daí a tão almejada privacidade, ou seja, a necessidade de um espaço do eu e para o eu, salvaguardando-o da 'afetação' pelo estranho, pelo indesejado, pelo ameaçador. É notável a 'alergia ao estranho', parafraseando Freire (2002). No entanto, Pol (1996) nos diz que a apropriação é um processo natural e espontâneo do homem, é uma necessidade psicológica deste. Seria ela, então, ontológica? Mesmo assim, a ética do outramente-que-ser é anterior à ontologia, não cabendo a idéia do homem que, em benefício próprio, altera o outro (ambiente) para poder se ver nele ou para serem um só, ou seja, formarem uma totalidade.

A ética da alteridade radical empreende um destronamento do eu em função do outro, ou seja, propõe um rompimento com a lógica identitária que utiliza, como estratégia de proteção e estabilidade do eu, a transformação do outro no mesmo. Defende o acolhimento incondicional da diferença, portanto vai de encontro à noção da apropriação como um processo de identificação, que compreende a alteração do outro pela impregnação da marca do eu. No entanto, Sansot (citado por Pol, 1996) defende que pode haver a apropriação de um ambiente sem a alteração deste, sendo

imprescindível, contudo, que haja uma identificação com ele. Percebemos, aqui, uma discordância de conceitos quanto à palavra identificação, que problematizaremos a seguir, ao escutarmos o que a Psicologia Ambiental nos falará sobre a ‘identidade de lugar’, quando observaremos que para Pol e Valera (1994) o termo identificação se confunde com o de apropriação, os quais implicam a impressão da marca no espaço para transformá-lo. Por enquanto, partiremos do conceito de Sansot, que, a nosso ver, abre mais possibilidades de acolhimento do outro:

La ciudad podrá penetrar por nuestros sentidos, por nuestros ojos, nuestro olfato, nuestro oído, nuestro tacto; como dice él por nuestras piernas, nuestra espalda, aunque solo sea por el cansancio (...) La ciudad solo podemos recorrerla, cruzarla, sentirla, pero nos viene dada y raramente podemos transformarla (Sansot citado por Pol, 1996, p. 47).

Da identidade de lugar

A visada ética da alteridade radical, em Lévinas, contrapondo-se ao conceito de identidade de lugar, invoca a noção de totalidade por ele utilizada. A questão da identidade é criticada no sentido em que esta é compreendida como uma tentativa de um fechamento conceitual do ser, um esgotamento deste a partir de um saber. Traçar um retrato de alguém ou defini-lo em um papel social é reduzi-lo a um conceito. Segundo Lévinas, a própria compreensão que se pode ter de outrem já é falar-lhe, uma vez que o acesso a outrem é condicionado pela linguagem. Por outro lado, o ser humano pode, para além de uma consciência de si – primazia do eu –, ter a consciência do outro que si (Freire, 2002). Este outro pode ser tanto o outro que chega de fora, o estrangeiro, como o outro que habita dentro, o estranho. Contudo a Psicologia, e em especial a Psicologia Ambiental, quando se centra na identidade do eu dos indivíduos, perde a dimensão da diferença, do outro, da alteridade. Segundo Lévinas: “A individualidade do eu se distingue de toda individualidade dada, pelo fato de sua identidade não ser feita do que a distingue dos outros, mas de sua referência a si” (Lévinas, 2004, p. 39). A única forma de acesso ao outro é através

da escuta de sua fala, e o eu só é possível como resposta a essa fala. Mas, em Lévinas, “Os seres não têm identidade. Ninguém é idêntico a si. Os rostos são máscaras” (Lévinas, 2004, p. 47). A particularidade do eu, diferente da sua singularidade subsumível a um conceito, é da ordem do ente no mundo e não do ser no mundo. A tentativa de fechá-lo em uma imagem ou em um papel é a de totalizá-lo, compreendido em uma ordem de saber que rompe com a infinitude a que o outro remete.

A ética da alteridade preza pela possibilidade de diversidade, de diferença dos entes no mundo, compreende o acolhimento do outro, não condicionado pela identidade que lhe possa ser atribuída, mas, unicamente, pelo rosto através do qual se apresenta. Na totalidade, se observa uma tentativa de transformar ou absorver o outro no mesmo, ou seja, tenta-se, em última instância, pelo menos, preservar as origens do mesmo em detrimento das origens do outro (Guareschi, 1998). Não cabe, aqui, a aceitação incondicional, face a face, lado a lado com o outro, que não se encerre numa identidade, permanente ou provisória, constitutiva de determinada totalidade. E isso observamos, sob um determinado ponto de vista, na formação da identidade de lugar, a partir de um processo de apropriação do espaço.

Compreendemos que há, pelo menos, duas possibilidades de interpretação da categoria de identidade de lugar na Psicologia Ambiental, a partir de uma ética da alteridade. Um dos caminhos leva ao questionamento da concepção de identidade em Psicologia. Quando eu passo a encerrar o outro dentro de determinadas categorias de identidade, ocorre a impossibilidade de acolher o que no outro escapa à dimensão do conceito identitário, ou seja, o que é inesperado, novo, diferente, singular, estranho. Tenta-se, assim, reduzir o outro ao mesmo, ao familiar.

Outra possibilidade de interpretação da identidade de lugar à luz da ética levinasiana se dá a partir do ‘processo de apropriação’ numa relação dialética com o de ‘identificação’, comportando, ainda, os elementos ‘sentimento de pertencimento’ e ‘territorialidade’. Esse caminho vai mais nitidamente de encontro à ética da alteridade, pois implica na impressão da marca do eu no outro, absorvendo-o, a seguir, no mesmo, ou seja, transformando o outro

no mesmo. Considera-se esse mecanismo, ainda, como condição da satisfação residencial e do respeito pelo entorno. Já a territorialização demarca um espaço que só pode ser ocupado pelos eleitos, os quais, por sua vez, compartilham de uma identidade de lugar, não cabendo um acolhimento do outro, do estrangeiro, do estranho. Sendo assim, compreendemos que uma desconstrução da categoria identidade de lugar na Psicologia Ambiental, a partir de uma visada ética da alteridade radical, deva iniciar da crítica à noção de identificação.

Autores de distintos ramos das ciências sociais, considerados pela Psicologia Ambiental, utilizam o termo apropriação, considerando-o como significado da própria identificação do indivíduo com o meio. Cabe, aqui, um parêntese para discutir o emprego da expressão “identificação com o ambiente”, pois é a partir dela que se define a apropriação do espaço e, por consequência, a idéia de identidade de lugar, em Psicologia Ambiental.

Em Psicologia, o termo apropriação nos remete à assimilação cognitiva de Piaget (Dorsch, 2001). Lembremos que Piaget entende a adaptação como envolvendo dois processos complementares: a assimilação e a acomodação. Diríamos que, no primeiro deles, trata-se de assimilar o outro a mim, enquanto, no segundo, o que está em jogo é a acomodação de mim ao outro. Em Piaget, portanto, a assimilação é definida como:

[...] parte do processo de interação entre organismos e conteúdos do ambiente. É pela assimilação que se pretende explicar o fato empírico de o organismo adaptar a suas estruturas as substâncias recebidas do mundo ambiente (Dorsch, 2001, p.80).

Todavia, há um outro significado de assimilação, que, a nosso ver, assemelha-se mais ao processo de acomodação de Piaget, mas que exporemos agora, pois nos ajudará mais adiante, quando problematizarmos a questão da possibilidade do acolhimento de um ambiente absolutamente outro, ou seja, a questão da hospitalidade:

Em sentido etnológico, sociológico e Ps. [Psicologia] dos povos: processo de adaptação mais ou menos forçada

da conduta, da linguagem e modo de ser de pessoas que vivem continuamente, ou por muito tempo, numa população estranha, à forma de cultura e ao ser desta (Dorsch, 2001, p. 80).

Ao verificarmos o significado de identificação, encontramos:

Na Ps.[Psicologia] o princípio básico estabelecido por ASCH, de que se produz um novo conteúdo psíquico quando se apreendem numa unidade de fusão dois fatos não idênticos.

Segundo Freud, a identificação do ego com o objeto se obtém pela introdução do objeto. A identificação se dá, portanto, por uma intussuscepção consciente ou inconsciente no ego de pessoas ou motivos. Segundo Graber e Christoffel ao lado desta identificação por introjeção há ainda uma identificação por projeção (Dorsch, 2001, p.468).

Podemos verificar dois sentidos para o termo identificação que também estão presentes em Psicologia Ambiental, enquanto identificação com o espaço. Um mais próximo ao sentido de **acomodação** de Piaget, como observamos anteriormente nas palavras de Sansot; o outro deles, que é o mais considerado em Psicologia Ambiental, reside no fenômeno da identificação por projeção, denominada, segundo Villela Petit (citado por Pol, 1996), ‘personalização’ do meio. Nesse sentido, para haver a identificação (apropriação) com o entorno, antes é preciso que haja uma ação projetiva do sujeito, com o intuito de fornecer a este entorno suas características pessoais, para então absorvê-lo em seus processos cognitivos. Segundo Villela Petit, o entorno assim assimilado corresponde ao que ele denomina de ‘espaço apropriado’: “La apropiación, pues, para Villela Petit, consiste básicamente en la identificación que se da entre el individuo y su espacio habitacional” (Pol, 1996, p.48).

Esta noção seqüencial de projeção ou componente ação-transformação, seguida da identificação, predomina na Psicologia Ambiental. Segundo Pol e Valera (1999), através do processo de apropriação, as pessoas transformam o espaço, imprimindo em

seus entornos suas marcas. Depois incorporam esse espaço transformado a seus processos cognitivos e afetivos, de forma ativa e atualizada. Podemos verificar, pois, que o termo apropriação do espaço, empregado pela Psicologia Ambiental, é significado como uma incorporação, nos processos cognitivos do indivíduo, de um entorno por ele transformado. Essa concepção, a nosso ver, se assemelha à de assimilação cognitiva de Piaget acima referida. Nessas concepções, a identificação e, por conseqüência, a apropriação, só é possível quando se imprime ao entorno, ao “Outro”, o si mesmo, através do que Piaget chama de assimilação (visto acima) e Pol e Valera (1999) de transformação pela impressão da marca do indivíduo. Não há a possibilidade de aceitar o ambiente outro na sua total diferença e estranheza, na sua alteridade. Percebemos, então, que essa noção de identificação, no sentido de incorporar, assimilar e absorver o outro, é uma tentativa de transformá-lo no mesmo. A noção de identificação trazida por Freud, acima lembrada, também implica na incorporação do outro, ainda que prescindida de sua modificação, como também a trazida pela Psicologia dos Povos, que exige uma adaptação do indivíduo ao ambiente. Por isso, defendemos aqui, como proposta ética de preservação da alteridade, o acolhimento radical da diferença. Segundo Guareschi:

O pano de fundo da filosofia ocidental é a filosofia da “totalidade”. Esse seria o primeiro e grande obstáculo a ser superado para que se possa falar verdadeiramente em “alteridade”. (...) A partir da interioridade do mesmo, procedem aos momentos diferenciais, mas como diferença pensada a partir da identidade originária, isto é, trata-se de um outro “no mesmo”. Na totalidade fechada não há alteridade radical (Guareschi, 1998, p.156).

A identificação com o ambiente, na Psicologia Ambiental, implica no sentimento de bem-estar e de familiaridade do sujeito com o seu entorno. Num diálogo com Jacques Derrida, Anne Dufourmantelle coloca:

Quando entramos num lugar desconhecido, a emoção sentida é quase sempre a de uma infundável inquietude. Depois começa o lento trabalho de familiarização com o

desconhecido, e pouco a pouco o mal-estar se interrompe (Derrida, 2003, p. 28).

Enquanto Derrida questiona:

A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale a nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? (Derrida, 2003, p. 15).

Compreendemos que chegamos na questão-chave da procura por uma ética da alteridade radical na Psicologia Ambiental. Se a apropriação remete à identificação, e esta a uma modificação do entorno em busca do si mesmo e, ainda, sendo neste processo que se forma uma identidade de lugar no sujeito, percebemos, mais uma vez, a alergia ao estranho, a constante empreitada para aniquilá-lo. Não seria possível conviver com o choque de diferenças entre mim e o ambiente outro?

Freire (2002) nos traz a noção de uma identidade ipse, a partir de Paul Ricoeur, que nos ajudará a cogitar, dentro da dinâmica do sujeito-entorno, uma alternativa de formação de uma “identidade” pela via da ética da alteridade. Há, em Ricoeur, duas faces da identidade: a identidade-*idem* e a identidade-*ipse*. A ipseidade diria respeito à identidade-*ipse*, nem imutável e nem idêntica a si mesma como a identidade-*idem*. A ipseidade heideggeriana do *Dasein* responsável seria constituída por uma dialética do si e do outro que si. Ou seja, a uma dialética entre a ipseidade e a mesmidade, se acrescenta a dialética entre a ipseidade e a alteridade. Por outro lado, o sujeito agente é também atuante, e passa a ser um sofrente, pois responde à intimação do outro – como em Lévinas. É este **si** que responde ao **outro que si** que nos interessa nesse instante. Trata-se de um sujeito que é fruto das **afecções** sofridas e por sofrer no transcurso da vida, sujeito esse que é, concomitantemente, **atuante e sofrente**, um si-mesmo e um outro que si, interagindo com o estrangeiro que vem de fora e com o estranho que o habita dentro. A identidade ipse, narrativa ou autobiográfica, é o recurso para atingir a ipseidade:

A noção de identidade narrativa supõe um processo estrutural formador do que Ricoeur chama de **ipseidade** – compreendida como a identidade de um si mesmo relacional e, portanto, marcado pela abertura de um ser afetado pelo mundo, em contraste com uma identidade fixa do mesmo (Carvalho, 2003, p.291).

Partindo do pressuposto de que o processo de identificação precede ao de formação de uma identidade, problematizaremos, então, que tipo de identificação comporta uma ética da alteridade. A identidade narrativa, além de múltipla, como a identidade do eu acolhida pela Psicologia Ambiental, é reelaborada e reproduzida a cada relato que o sujeito faz de si e de seu entorno, remetendo-o a sua história de vida e à história do entorno ao qual pertence. Abre a possibilidade da escuta, através das narrativas da história de vida, da diversidade subjetiva responsável pela construção de um ambiente sócio-histórico, o que é desprezado nas definições das identidades totalizadoras comuns nas psicologias. Dessa forma, a identidade, ou seja, aquilo através do qual o homem se refere a si, torna-se instável, mutável, indefinida, histórica, diversa e, portanto, ética – na direção do que Ricoeur chama de ipseidade:

A identidade narrativa só equivale a uma verdadeira ipseidade em virtude desse momento derrisório, que faz da responsabilidade ética o fator supremo da ipseidade [...] a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética (Ricoeur citado por Carvalho, 2003, p.292).

Da hospitalidade

A hospitalidade é habitualmente compreendida como virtude de alguém que é hospitaleiro, que acolhe gentilmente outrem em sua residência. Contudo, não trataremos desta como o espaço fisicamente delimitado da casa, o abrigo físico. A hospitalidade de que falamos faz menção à acolhida de um ambiente estranho ao nosso. Trata-se da atitude de se conviver lado a lado com o diferente, com a alteridade.

Jacques Derrida, ao tratar da possibilidade da acolhida

ao estrangeiro, aprofunda-se nessa questão da hospitalidade. Segundo ele, podemos falar de uma **lei da hospitalidade absoluta**, que remete, a nosso ver, ao princípio ético do acolhimento incondicional do Outro. Ela serve como guia para **as leis da hospitalidade**, sendo estas, diferentemente da lei guia, as condições de hospedagem: os direitos e deveres a serem estabelecidos entre hóspedes e **hospedeiros**. A lei maior, da hospitalidade incondicional, é a que, para nós, contempla o **outramente-que-ser** levinasiano. Nas palavras de Derrida:

Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade definisse essa própria hospitalidade, como se não se pudesse senão transgredi-la, como se a lei da hospitalidade incondicional, hiperbólica, como se o imperativo categórico da hospitalidade exigisse transgredir todas as leis da hospitalidade, a saber, as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferece e àqueles e àquelas que recebem a acolhida (Derrida, 2003, p.67).

Uma outra compreensão derridiana, a respeito da hospitalidade absoluta, que nos interessa particularmente, é a de que esta não segue uma lógica do dever-ser,

[...] porque se eu pratico a hospitalidade por dever [e não em conformidade com o dever], essa hospitalidade de quitação não é mais uma hospitalidade absoluta, ela não é mais graciosamente oferecida para além da dívida e da economia, oferecida ao outro, uma hospitalidade inventada pela singularidade do que chega, do visitante inopinado (Derrida, 2003, p.73 e75).

Podemos perceber uma diferença de significado entre hospedeiro e hospitaleiro, no tocante à satisfação da acolhida. O primeiro diz daquele que hospeda; o segundo, daquele que dá hospedagem por bondade ou caridade, que acolhe com satisfação (Holanda, 1993). Portanto, a hospitalidade se refere não somente ao ato de hospedar o outro, mas de acolhê-lo com prazer.

Buscamos uma concepção de **hospitalidade** que contemple a acolhida de um ambiente estranho, não familiar, seja um quarto, um bairro, uma cidade, um grupo, sem que haja necessidade de apropriação destes, na medida de podermos a eles nos afeiçoar, sem estabelecer com os mesmos uma identificação prévia. Ou, ainda, que desvinculasse as idéias de afetividade e agradabilidade das de apropriação, identificação e familiaridade. Falamos da possibilidade de conviver com o estranho, desejando-o em sua diferença:

Digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda a identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de um outro país, um ser humano, animal ou divino, um vivo ou um morto, masculino ou feminino (Derrida, 2003, pg.69).

Parece-nos que encontramos essa hospitalidade na categoria de apego ao lugar, na perspectiva que esta é abordada por Laplace, Hernández e Hidalgo (2005) na pesquisa intitulada *Barrio, ciudad e isla como objetos de apego y referentes de identidad: un estudio comparativo entre inmigrantes y nativos*. Nessa investigação², os autores concluíram que é possível haver apego a lugares, ainda que não haja o desenvolvimento de uma identidade de lugar. Constataram uma diferença entre as categorias apego ao lugar e identidade de lugar, esta que, por sua vez, pressupõe o processo de apropriação (identificação).

Do apego ao lugar

Nossa tarefa, aqui, consistiu em perseguir possíveis sentidos que o termo apego pode nos revelar e visar, especificamente, aos alcances éticos que o termo apego a lugares, apresentado pela Psicologia Ambiental, pode comportar.

Apegar-se pode ser entendido como afeiçoar-se, acostumar-se e, até mesmo, criar raízes (Houaiss, 2001). Assim, afeiçoar-se é vir a estimar, a sentir afeto por algo ou alguém. Vejamos que, aqui, parte-se de um sujeito para um outro – “eu me afeiçoei a este lugar”,

por exemplo. Diferentemente de dizermos “esse lugar me afeta”. Por sua vez, acostumar-se é adaptar-se ou tornar familiar, o que significa fugir à estranheza ou não ser mais afetado por ela. Por último, deitar raízes, arraigar-se, corresponde a firmar-se definitivamente ou passar a possuir algo (Houaiss, 2001). Não fugimos muito, então, da idéia de apropriação – tornar próprio o que é alheio.

Como já trabalhamos anteriormente, utilizando o conceito de hospitalidade, uma ética da alteridade significa acolher o outro lado a lado, face a face, sem necessitar transformá-lo no mesmo, ou seja, aceitá-lo na sua diferença e afetar-se com ela. Todavia, a noção de apegar como adaptar o outro ao mesmo é utilizada amplamente na Psicologia Ambiental por autores que não diferenciam a noção de apego a lugares com os de identidade de lugar e de apropriação do espaço. Essa perspectiva não responde a uma ética da alteridade. Contudo, há formas de conceber o apego a lugares, dentro da Psicologia Ambiental, numa perspectiva ética da alteridade.

Como já mencionamos, um conceito da Psicologia Ambiental que, a nosso ver, contempla essa abertura para um ambiente outro é o de apego ao lugar, quando é possível diferenciá-lo do conceito de identidade de lugar. Diz respeito ao vínculo afetivo estabelecido entre a pessoa e um ambiente, sem que seja necessário um processo de identificação prévio com este. Compreendemos, pois, que, para se estabelecer um desejo de proximidade com o meio, não é preciso se apropriar deste, ou se formar, a partir do mesmo, uma identidade de lugar, mas, sim, comportar uma atitude ética de aceitação de sua diferença. Podemos falar desse tipo de hospitalidade na situação de um indivíduo que, ao mudar-se para uma cidade outra, diferente na arquitetura, na cultura e na etnia de seu povo, a acolhe, aceita-a e a ela se afeiçoa, desejando nela permanecer. Reforçando nossa crença de que há a possibilidade de acolher o diferente sem precisar modificá-lo em busca de uma familiaridade, e compreendendo isto como um princípio ético norteador das ações humanas, citamos, um pouco mais atrás, a pesquisa que conclui que os imigrantes se afeiçoam ao lugar, mesmo antes de se consolidar uma identidade de lugar com ele, ao passo que os nativos a ele se apegam pelo processo de identificação construído ao longo do tempo.

Não obstante, devemos ter um cuidado ao fazer tal aproximação. Trata-se de manter viva a dimensão da ‘afetação’, no sentido de afetabilidade, que o outro provoca. O lugar persiste diferente do sujeito, em sua estranheza, e exigindo dele alguma resposta.

Duas outras abordagens éticas podem ser tomadas a partir do sentido de apego apresentado por Holanda (1993), mas que repercutem na concepção de apego a lugares empregado na Psicologia Ambiental. Uma, tomando **apegar** como ‘valer-se, procurando amparo’, outra, significando-o como ‘tomar apego’, no sentido de tomar afeição. Na primeira, rebuscamos em Lévinas a concepção de ‘desinteressamento’ pelo outro como pressuposto ético. Nesse sentido, Lévinas considera que o outro deve ser visto como fim em si mesmo e não como meio para atingir algum interesse. Portanto, se, para apegar-se a lugares (ao outro), o indivíduo requer como condição a satisfação residencial ou de outras necessidades, não estamos a falar de uma lei da hospitalidade absoluta, que, como diz Derrida, deve ser graciosa, ou de uma atitude desinteressada para com o outro, segundo Lévinas. Estamos, sim, esperando por uma reciprocidade do outro, o que, por sua vez, fere a posição ética levinasiana.

A outra abordagem ética diz respeito ao significado de apego como ‘afetação’ ou como afeto, que adiantamos no início deste tópico. Lévinas considera que o outro sempre me afeta, utilizando radicalmente o termo ‘afecção da alma’ para expressar o efeito do outro sobre mim. Nesse sentido, o outro nunca me é indiferente, pois este se impõe a mim em sua alteridade. Eu só me sinto afetado com o que me é absolutamente estranho. Sendo assim, a alteridade é a condição para a ‘afetação’ do eu. Logo, a noção de apego ao lugar, ou seja, o desejo de manter relações de proximidade com este, para salvaguardar a dimensão ética que nos inspirou até aqui, deve compreender o acolhimento desse ambiente outro que, potencialmente, pode me trazer uma ‘afecção da alma’, pela imposição de sua diferença.

Dos mapas afetivos

Bomfim (2003) apresenta, em sua pesquisa sobre os mapas afetivos de habitantes de São Paulo e Barcelona, a noção de ‘afe-

tação' com o outro – experienciada como afecção do corpo –, ao tratar da afetividade com o ambiente. Ao falar de afetividade, supera a noção romântica de apego, ou seja, essa afeição ou amorosidade responsável pela manutenção de vínculos de proximidade com o ambiente. Trata a afetividade como processo ético-político, no qual a 'afetação' do outro ocasiona também a responsabilidade para com ele. Baseada no pensamento de Espinosa, compreende a dimensão da afetividade como propulsora da ação humana (potência de ação). Bomfim (2003) fala-nos de uma ação no mundo que respeite as diferenças e heterogeneidades ambientais, mas que modifique as diferenças de oportunidade e favorecimentos que causam a exclusão social, referindo-se, pois, a uma política do igual. Traz, portanto, a dimensão da responsabilidade para com outrem ao tomar a noção do sofrimento ético-político, essa 'afetação' incômoda com a miséria do outro, que nos proporciona o desejo de mudanças. É bom que fique claro que a política da igualdade aponta para a idéia de justiça, em Lévinas, mais que para sua ética, já que esta se baseia numa diacronia, numa assimetria e numa desigualdade entre mim e o outro.

Partindo dessa dimensão da 'afetação', Bomfim (2003) aprofunda a concepção de mapas afetivos, nos quais o sujeito representa seu sentimento para com o ambiente. Compreende que a representação e o registro, na memória, de aspectos do entorno, dependem da 'afetação' que estes causaram ao sujeito. Dessa forma, os diversos aspectos que uma cidade apresenta, tais como beleza natural, monumentos, facilidades de emprego ou, por outro lado, criminalidade, favelização etc., podem comparecer ou não no mapa afetivo de um indivíduo, dependendo da 'afetação' que eles lhe provocam. Portanto, a presença desses aspectos nos mapas afetivos sinaliza o sentimento de implicação e a disposição de ação dos sujeitos para com eles, uma vez que, como já dissemos, há a compreensão de que os afetos são os propulsores da ação e esta a condição de mudança. Bomfim (2003) desenvolveu uma metodologia de investigação dos mapas afetivos composta por questionários, desenhos, metáforas e escala, objetivando utilizá-los como base para planejamentos participativos de intervenções político-sociais no campo ambiental.

O caráter político que, em Bomfim (2003), diz respeito a uma

afetividade que clama pelo desejo de mudança social, a nosso ver, avança na concepção de ação-transformação anteriormente visada pela categoria de apropriação do espaço, e nas de identificação simbólica e de identidade de lugar àquela relacionadas. Isso se dá uma vez que o 'interessamento' da ação muda o foco do eu para o outro (ambiente social), ou seja, ultrapassa a preocupação com o ser individual, tão comumente prestigiado pelas psicologias individualistas. Segundo ela, o interesse da ação surge da 'afetação' que a miséria do outro me ocasiona. Sendo assim, esta ação tenta modificar não o outro, mas sua condição de miséria. Esse olhar político para com o outro encontra sentido numa perspectiva levinasiana, pois, embora estejamos tratando do outro como o ambiente, segundo Freire (2002), o outro levinasiano é sempre o órfão, o miserável, a viúva, ou seja, trata-se de uma condição social de desfavorecimento ou desamparo.

Indagações

Após esse percurso por quatro categorias da Psicologia Ambiental, à luz da ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas, compreendemos que, embora essa abordagem apresente alguns avanços na concepção individualista de homem, muito presente nas psicologias, revela, ainda, um forte investimento de esforços na compreensão e intervenção de processos que se centralizam no bem-estar individual e privativo, dando pouca ênfase à repercussão ou a alcances que estes possam vir a ocasionar no outro. Exceto no olhar ético-político adotado por Bomfim (2003), no qual o sujeito age a partir do sofrimento que a miséria do outro lhe ocasiona, de uma forma geral, há, na Psicologia Ambiental, uma tendência a adaptar o indivíduo ao ambiente ou o ambiente ao indivíduo, de modo que este se sinta familiarizado. Esse sentimento de segurança contra as ameaças que o desconhecido, o novo, o estranho e o estrangeiro incitam, ou seja, essa busca de familiaridade e de identidade, tão apreciada nessas categorias estudadas, é o que, a nosso ver, promove a exclusão do diferente e a tentativa de aniquilá-lo. Não seria possível, então, se pensar uma sociedade que fosse capaz de acolher o que lhe é estranho, diferente, o que excedesse a possibilidade de compreensão e de controle? Não seria possível tolerar o estranho sem tentar transformá-lo no mesmo, no eu?

Sendo assim, como se pensar na preservação de uma mata virgem, quando da necessidade de sua apropriação pelo homem? Quem viria primeiro, o eu (o homem) ou o outro (a mata)? O homem ou o Planeta? Será, ainda, que a necessidade de apropriação e identificação não justificaria o histórico genocídio da cultura indígena brasileira pelos portugueses, que, para se sentirem em casa, em um ambiente familiar, fizeram do Brasil português, com seus artefatos, seus estilos de vida e sua cultura? Analisando dessa forma, não seria a apropriação um elemento cultural de dominação? Afinal, de quem é o direito de imprimir sua marca e seu significado às coisas? Não há, aqui, uma relação de poder, onde o mais poderoso é quem marca e significa o mundo? Para nos opormos a isso, precisamos de um princípio ético da alteridade que oriente nossas ações no mundo.

Notas

1. Ao longo dessa discussão, nos remeteremos ao trabalho de Enric Pol (1996) por apresentar uma revisão teórica do conceito Apropriação.
2. Essa pesquisa realizou a comparação de respostas de uma amostra de nativos com outra de imigrantes residentes na ilha de Tenerife, no que tange à identidade e apego ao lugar. Os participantes responderam a uma escala de identidade e outra de apego ao lugar, referentes ao bairro, cidade e ilha onde moravam. Objetivava-se analisar a relação existente entre apego e identidade de lugar nas duas amostras. Os resultados alcançados mostraram que os imigrantes desenvolviam vínculos de apego mais rápido do que desenvolviam uma identidade de lugar, a qual se mantinha em baixa por tempo relativamente longo, ao passo que, nos nativos, ambos os índices mostraram-se moderadamente elevados. Concluiu-se, portanto, que a identidade de lugar e o apego se comportam de forma diferente em cada grupo. Quando se considera o tempo de residência, e se controlam seus efeitos, pode-se apreciar que, efetivamente, ambas as categorias são relacionadas, porém claramente diferenciadas (Laplace, Hernández e Hidalgo, 2005).

Referências

- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Tese de Doutorado não publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Carvalho, I. C. M. (2003). Biografia, identidade e narrativa: Elementos para uma análise hermenêutica. *Horiz. Antropol.*, 9 (19). Recuperado em 24 de abril de 2007, da http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832003000100012&lng=en&nrm=iso.
- Derrida, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta.
- Dorsch, F., Häcker, H., & Stapf, K-H. (Eds.). (2001). *Dicionário de psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freire, J. C. (2002). *O lugar do outro na modernidade tardia*. São Paulo: Annablume.
- Guareschi, P. (1998). Alteridade e relação: Uma perspectiva crítica. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 149-161). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Holanda, A. B. (1993). *Minidicionário Aurélio da língua portuguesa* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Houaiss, A., Villar, M., & Franco, F. M. M. (2001). *Dicionário eletrônico da língua portuguesa* [CD-ROM]. Versão 1.0. Objectiva.
- Laplace, M. E., S., Hernández, B., & Hidalgo, M. C. (2005) Barrio, ciudad e isla como objetos de apego y referentes de identidad: Un estudio comparativo entre inmigrantes y nativos. In R. G. Mira & A. F. González (Orgs.), *Psicología ambiental, comunitaria y de la educación (Coleção Psicología Social y Problemas Sociales*, pp. 15-21). Madrid, España: Biblioteca Nueva.
- Lévinas, E. (2004) *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade* (2a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pol, E. (1996). La apropiación del espacio. In L. Iñiguez & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio*

(Monografies Psico-socio-ambientals, n. 9, pp. 45-62).
Barcelona, España: Universitat de Barcelona.

Pol, E., & Valera, S. (1999). Symbolisme de l'espace public et identité sociale. *Villes en Parallèle*, 28-29, 13-33. Recuperado em 24 de abril de 2007, da <http://www.ub.es/escult/docus2/Villes.doc>.

Recebido em 25 de outubro de 2006

Aceito em 11 de janeiro de 2007

Revisado em 6 de junho de 2007